

# A GUERRA DOS *ROYALTIES* NA MÍDIA: ABORDAGENS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DA IMPRENSA PARA FUNDAMENTAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

MOZARTH DIAS DE ALMEIDA MIRANDA<sup>1</sup>

MARCELO CARLOS GANTOS<sup>2</sup>

SIMONE RODRIGUES BARRETO<sup>3</sup>

## RESUMO

Este estudo objetiva realizar uma revisão bibliográfica sobre como a produção jornalística digital e impressa foram utilizadas em artigos científicos sobre a temática *royalties* do petróleo, no período de 2014 e 2018. O percurso escolhido foi identificar a abordagem utilizada pelos veículos de comunicação a partir da descoberta do Pré-sal e da nova lei dos *royalties* em artigos publicados em periódicos e eventos científicos. Foram analisados os debates, as disputas entre os estados, a conscientização feita pela mídia sobre as populações atingidas diretamente pela medida de redução do repasse e como os cientistas utilizam essas reportagens para fundamentar as respectivas pesquisas.

**Palavras-chave:** Petróleo na Mídia. Impacto Social. Lei dos *Royalties*. Jornalismo Parcial. Preservação Ambiental.

## Introdução

A descoberta do Pré-sal no Brasil movimentou uma série de debates entre atores governamentais e não governamentais, pois problemas sociais e ambientais se tornaram temores para setores da Estado, da economia e do desenvolvimento científico. O fenômeno que demandava reflexão dos processos de temas socioambientais e coletivos foi sendo interpretado por analistas e jornalistas nos órgãos de imprensa. A partir daí, os pesquisadores passaram a utilizar a materialidade<sup>4</sup> produzida pela imprensa para fundamentar, exemplificar e justificar os pontos de vista com base, também, em dados públicos e autores de áreas como comunicação, economia e política.

1 Doutor em Cognição e Linguagem, UENF, Pesquisador PEA-TP, professor do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU). E-mail: mdam1510@gmail.com.

2 Doutor em História (UFF), professor associado (LEEA-UENF), coordenador técnico do projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo, Royalties e Vigília Cidadã (PEA-TP) no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal de petróleo e gás conduzido pelo Ibama. E-mail: mcgantos@gmail.com.

3 Doutora em Políticas Sociais (UENF), Pesquisadora (PEA-TP), professora e coordenadora do curso de Jornalismo (UNIFLU). E-mail: sibarreto@gmail.com.

4 "A pergunta 'o que é notícia?' podemos responder que a resposta dos membros da tribo jornalística não é científica, aparece como instintiva, e permanece quase como uma lógica não explicitada. E, ao contrário dos jogos de cartas, o *bridge*, não há regras que indiquem que critérios têm prioridade sobre os outros; mas os critérios de noticiabilidade existem, duradouros ao longo dos séculos" (TRAQUINA, 2018, p. 93). Os valores notícia são: frequência (duração do acontecimento); amplitude do evento; clareza ou falta de ambiguidade; significância; consonância; o inesperado; continuidade; composição (equilíbrio entre as notícias e diversidade de assuntos); referência a nações de elite; proeminência (referência a pessoas de elite); personalização (referência às pessoas envolvidas); negatividade ("*bad news is good news*") (TRAQUINA, 2018, p. 67).

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo<sup>5</sup> foi reunir alguns trabalhos publicados entre 2014 e 2020 em periódicos e eventos científicos com foco na imprensa como fonte de debate sobre os *royalties* do petróleo. Esse espaço de conversa, orientação, análises e críticas chega à casa dos assinantes como instrumento de ligação entre os cientistas, governantes e investidores.

No decorrer do artigo, registramos como os autores (SILVA *et al.*, 2013; SMIDERLE; GANTOS, 2015; TERRA; MAIA; MATTA, 2015; VIGLIO *et al.*, 2015), discutiram as diferentes realidades como: a opinião dos cientistas na imprensa; o olhar do beneficiado (estado não produtor); a falta de articulação local (norte fluminense); e a abordagem nacional sobre o tema. Nas palavras de Viglio *et al.* (2015, p. 5),

Todo esse processo é sediado no sistema de arenas públicas que estão interligadas e atuam umas sobre as outras e onde estão em curso as atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho da mídia, a criação de novas leis, a divulgação de descobertas científicas, os litígios e a definição de políticas públicas.

Nesse sentido, este estudo se justifica a partir do pressuposto de que a formação de opinião pública<sup>6</sup> se dá, em muitos casos, com a divulgação dos meios de comunicação, e a pesquisa científica se beneficia da mídia como mais uma ferramenta de análise. Os relatórios, estudos e pesquisas sobre as vantagens e desvantagens do repasse dos *royalties* é assunto relevante. Entretanto, foi debatido, nos casos abordados neste artigo, de forma superficial e bairrista nos veículos de comunicação.

## O enquadramento do Pré-sal como riscos e incertezas: Folha de S. Paulo e O Globo

Para Viglio *et al.* (2015, p. 6), a abordagem dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo<sup>7</sup> tratou os riscos como “passíveis de racionalização e controle”, além de uma necessidade de preencher lacunas e aperfeiçoar os mecanismos de controle e das ações governamentais.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), assim como as 105 sociedades científicas que representa, é totalmente favorável à destinação dos *royalties* do petróleo para a educação. No entanto, temos defendido a necessidade imperativa e a oportunidade única de utilizarmos esses recursos, que pertencem à nação brasileira, no que a ela podem melhor trazer benefí-

5 Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) “Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos”, uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

6 Para Charaudeau (2016, p. 44), “[...] não existe uma opinião pública, mas várias opiniões públicas”, nesse sentido, a opinião pública é heterogênea porque se constitui de múltiplas opiniões coletivas. Para o autor, esse processo é social e acontece a partir de um triplo movimento: o de reação dos grupos sociais (indignação, revolta, incertezas, etc.) que envolvem certo número de pessoas, como as manifestações de ruas, de greve, etc., no geral insatisfeitas com alguma situação social, revoltadas com um governo, ou qualquer outro sentimento coletivo; o de atribuição dos atores políticos (efeito de espelho), que constitui um “corpo social falante”, (ilusoriamente) homogêneo, capaz de fazer os sujeitos se reconhecerem como pertencentes a um grupo, reconhecerem sua voz, partilharem seu eco; o de categorização pelas mídias, que colocam em circulação as palavras coletivas, dando-lhes uma aparência consensual.

7 Para a realização da pesquisa, foram selecionados dois dos jornais impressos que estão entre os cinco de maior circulação do país. O período delimitado para levantamento dos dados foi de janeiro de 2007 a maio de 2014, ou seja, desde o anúncio das descobertas do Pré-sal até a etapa em que essas reservas começaram a ser exploradas. Para a consulta nos acervos impresso e *on-line* desses jornais foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Pré-sal - riscos ambientais; Pré-sal - impactos ambientais; Pré-sal - meio ambiente; Pré-sal - incertezas; Pré-sal - mudanças climáticas; Pré-sal - acidentes; Pré-sal - vazamentos (VIGLIO *et al.*, 2015).

cios. Hoje, a associação equilibrada entre educação, ciência, tecnologia e inovação constitui-se no caminho certo para a construção de um crescimento sustentável e para a redução da pobreza (NADER, 2012).

Na análise do material, Viglio *et al.* (2015) perceberam o conjunto de lacunas e necessidades de mudanças, incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico para prevenir os impactos das atividades. Os trechos retirados de dois editoriais dos jornais pesquisados verificam-se esses pontos:

O vazamento, ou acidente, não pode ser usado como pretexto para se paralisar a atividade da indústria petrolífera [...]. Há uma possibilidade de se passar a limpo normas e procedimentos, antes de o país avançar na exploração do pré-sal, em que as águas são bem mais profundas, o petróleo está muito mais distante da superfície e os riscos bem maiores [...]. Nesse sentido, mesmo que os campos estejam longe da costa, acidentes e vazamentos podem ter sérias consequências ambientais, o que exige cuidado redobrado com os procedimentos de segurança para evitá-los [...] (VAZAMENTO..., 2011).

Extrair óleo do Pré-sal, a grandes profundidades, é tarefa complexa. É natural que o caso da BP provoque apreensões quanto à segurança do empreendimento brasileiro. O país precisa saber quais são os planos de emergência e as salvaguardas ambientais providenciadas pela Petrobras e pelas instâncias responsáveis (SEGURANÇA..., 2010).

Conforme Viglio *et al.* (2015), a comunidade científica ouvida pelos jornais justificaram o investimento no novo empreendimento para repasses maiores para as pesquisas na área. Os incidentes que ocorriam dentro e fora do país serviam como exemplos para a reflexão e crítica sobre os passos que a Petrobras e o Ministério de Minas e Energia estavam dando. Assim, para os autores, as pesquisas de prospecção de petróleo deveriam ser encaminhadas, em paralelo, com investimentos em pesquisas para a prevenção de acidentes e desastres na exploração de petróleo.

Pelos jornais analisados, foi possível constatar que os acadêmicos brasileiros bem como as duas maiores representações científicas do país SBPC e ABCviram na exploração destas reservas a possibilidade de maiores investimento em pesquisa e inovação, incluindo aí aquelas voltadas para a prevenção e minimização dos possíveis perigos e ameaças ambientais desta exploração. Se, contudo, uma parte desta expertise científica alertou para os perigos e ameaças, a tônica predominante entre eles é de verem estas ameaças, mais enquanto riscos passíveis de racionalização e controle, do que enquanto incertezas com impactos imprevisíveis, acumulativos e irreversíveis (VIGLIO *et al.*, 2015, p. 13).

Os meios de comunicação têm a capacidade de agendar<sup>8</sup> os temas que farão parte da agenda política. Quanto maior a ênfase dada ao assunto e aos agentes que articulam opiniões e análises, maior a probabilidade de compreensão da sociedade e do governo. A abordagem ideológica, o estudo de conjuntura socioeconômica e o debate de políticas públicas revelam como a imprensa tem papel relevante nesse cenário. Por isso, os cientistas foram entrevistados<sup>9</sup> para não só validar a preocupação com o assunto, mas alertar para riscos e necessidade de investimentos.

8 A função de agendamento, que é constituído de um modo sistemático, é um processo de três níveis: agenda midiática (*media agenda*), que são as questões discutidas na mídia; agenda pública (*public agenda*), que são questões discutidas e pessoalmente relevantes para o público; e agenda de políticas (*policy agenda*), que são as questões que gestores públicos consideram importantes. Ele se dá pela interação existente entre os níveis (DEARING; ROGERS, 1996).

9 As fontes que compõem a matéria jornalística são fundamentais para criar veracidade no conteúdo que tanto o produtor quanto o repórter elaboraram. Toda pessoa tem potencial para ser uma fonte de informação “[...] Fontes oficiais são as representantes do poder público e estão autorizadas a falar pelo órgão. Apesar de serem oficiais, nem sempre podem ser consideradas

## O global, o nacional, o local e suas tensões: os discursos sobre os royalties nas capas dos jornais Meio Norte e O Globo

O contexto vigente à época em que o artigo *O Global, O Nacional, O Local e Suas Tensões: Os discursos sobre os Royalties nas capas dos jornais Meio Norte e O Globo* (SILVA *et al.*, 2013) foi escrito, e que orienta a introdução da escrita sobre a temática, era o de mudança no sistema de distribuição dos royalties do petróleo no Brasil (ainda em discussão). A disputa dos estados brasileiros acontecia com o intuito de que eles obtivessem o maior percentual possível das compensações pagas pela exploração de petróleo do Pré-sal.

A análise corresponde ao período em que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma medida cautelar suspendendo a lei dos royalties sancionada pelo Congresso Nacional (CN) no dia 7 de março, que distribuía de forma igualitária os recursos arrecadados do petróleo do pré-Sal. Com isso, voltou a valer a antiga divisão, com maior benefício aos produtores.

Este artigo abordará o tema a partir da medida provisória concedida pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal – STF que a partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, solicitada pelo Rio de Janeiro, suspendeu a nova regra de partilha dos royalties que distribuía de forma mais igualitária os tributos arrecadados entre todos os estados (SILVA *et al.*, 2013, p. 2).

O artigo conta como o debate sobre a divisão dos *royalties* começou (projeto de lei do Senador Wellington Dias), a “queda de braço” entre o Congresso Nacional e a Presidente Dilma Rousseff (veto da Presidente e derrubada dos vetos pelo CN, em 2013) e quais seriam os impactos disso na distribuição dos recursos (aumento da participação dos municípios não produtores e diminuição dos recursos para a União). Em resposta, ainda em 2013, os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo conseguiram uma liminar concedida pelo STF, que suspendeu a Lei de Redistribuição dos *Royalties*. Impasse este que perdura até os dias atuais.

A partir dessa contextualização inicial, Silva *et al.* (2013) se propõem a analisar o tema com o objetivo de discutir os discursos locais sobre o assunto – veiculados nas capas dos jornais Meio Norte (Piauí) e O Globo (Rio de Janeiro) diários do Brasil –, identificando como cada periódico constrói a noção de proximidade e pertencimento, mostrando, também, quais são os principais porta-vozes que aparecem nas capas dos jornais e quais são seus modos de dizer.

Por isso, urge a análise do tema como os objetivos de discutir os discursos locais postos em circulação nas capas dos jornais diários do Brasil sobre o assunto royalties que apontam para o que se pode chamar de local; identificar como jornal constrói, nas capas, a noção de proximidade e pertencimento, mostrar quais são os principais porta-vozes que aparecem nas capas dos jornais e quais são seus modos de dizer, perceber as relações de poder presentes nos discursos, desvelar quais as estratégias enunciativas utilizadas, nas capas, por cada jornal, a fim de criar vínculos com os leitores (SILVA *et al.*, 2013, p. 3).

---

confiáveis. Por isso é necessário checar as informações” (NETO, 2008, p. 31). As fontes são os materiais humanos que o repórter extrai, os diferenciais (os “ganchos”), as emoções e as orientações. A escolha de um personagem é uma função de grande responsabilidade, pois sempre fica a dúvida se aquela sonora irá corresponder, render positivamente (MIRANDA, 2016, p. 8).

As fontes de coleta de dados foram as seguintes: capas dos Jornais Meio Norte (Piauí) e O Globo (Rio de Janeiro), no período de uma semana (17 a 23 de março de 2013). Os autores defendem a escolha das fontes com o argumento de que os jornais utilizados tinham a maior tiragem em seus estados e regiões.

A metodologia utilizada foi a Análise do Discurso, proposta pela Teoria dos Discursos Sociais (PINTO, 1999), levando em consideração o princípio da comparação como modo de apresentar a análise de sentidos em uma análise em contexto. Além disso, foi utilizado o Contrato de Leitura (VÉRON, 2004), um procedimento que aborda os aspectos imaginários em que as propriedades do discurso permitem capturar, criar vínculo e até fidelizar seus leitores. Na análise das capas do jornal Meio Norte, os pesquisadores perceberam as relações de poder e ideologia com a participação do senador do Estado do Piauí, Wellington Dias, no bojo da discussão:

Percebemos ideologicamente, o Piauí passa por vários problemas estruturais, econômicos e financeiros, deste modo porque os representantes políticos não se preocupam elaborar leis diretas que beneficiem as áreas da saúde, educação, segurança pública, economia do que reivindicar recursos vindos de outros Estados [...] O jornal O Globo procura dar mais visibilidade ao Rio de Janeiro, por ser um dos Estados onde a produção de petróleo é maior. Na capa, os enunciadores se mostram cúmplice, porque compartilhar com os leitores alguns problemas que estado enfrenta (SILVA *et al.*, 2013, p. 9).

A imprensa do estado que não conta com produção, mas que vai receber repasses dos *royalties*, defende a entrada de recurso que pode ajudar nas contas. Por outro lado, nos municípios produtores, que sofrem o impacto na saúde, na educação, e em outros aspectos sociais, a imprensa debatia a falta de cuidado na administração dos recursos públicos e os riscos de se obter empréstimos para quitar as dívidas.

## Deficiências no debate sobre antecipação dos royalties em Campos dos Goytacazes-RJ

À época da publicação do artigo (2015), Campos dos Goytacazes/RJ recebia a maior fatia das receitas petrolíferas distribuídas aos municípios brasileiros (*royalties* e participações especiais). Porém, fatores como a vertiginosa queda na cotação internacional do barril de petróleo, somada à crise causada pelos escândalos de corrupção denunciados na operação Lava Jato, implicaram um brusco decréscimo dos repasses de *royalties*. Smiderle e Gantos (2015, p. 74) apontam que:

Dadas as frequentes deficiências de planejamento e de qualidade na aplicação dos recursos, a queda nos repasses levou diversos entes federativos a buscar operações de antecipação de receitas futuras de royalties para dar conta de compromissos de curto prazo. Tais operações foram a princípio autorizadas pela Resolução 02/2015 do Senado Federal.

Segundo os autores, a resolução do Senado Federal abriu espaço para o estabelecimento de uma agenda ligada à obtenção desses empréstimos. O detalhamento dos passos necessários a fim de conseguir tais empréstimos é importante para compreender os meandros dessa operação de crédito para as contas públicas dos municípios produtores:

Do ponto de vista dos prefeitos, esta agenda inclui fundamentalmente (a) a obtenção por parte da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de um documento indicando as receitas realizadas em 2013 e 2014 e a previsão de receitas para os anos 2015 e 2016; (b) a autorização, pela Câmara Municipal, da contratação do empréstimo; e (c) a identificação de uma instituição financeira disposta a realizar a operação (SMIDERLE; GANTOS, 2015, p. 75).

O artigo frisa que, antes de tal operação de crédito acontecer, deveria haver a realização de um debate público sobre os pontos positivos e negativos de tal antecipação de receitas, levando em conta o alto grau de incerteza sobre os repasses de *royalties* futuros.

Em Campos, como em outros municípios, a medida desencadeou uma pauta que incluiu a votação da autorização das operações de crédito pela Câmara Municipal e as negociações com instituições financeiras. As deficiências de transparência levaram um grupo de vereadores de oposição a recorrer à Lei de Acesso à Informação para solicitar documentos relativos à então suposta operação contratada junto à Caixa Econômica Federal (CEF) no mês de dezembro de 2015, posteriormente confirmada. Dois fatores hão de ter pesado fortemente para a elevação do custo de tal operação: (a) a deterioração das finanças públicas em todos os níveis, que tem resultado no rebaixamento do Brasil pelas principais agências avaliadoras de risco; e (b) a insegurança jurídica quanto à continuidade das regras que embasam as previsões de receita efetuadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (SMIDERLE; GANTOS, 2015, p. 78-79).

Os referidos autores atentam para o fato de que o atual parâmetro de rateio dos *royalties* e participações especiais foi modificado pelo Congresso Nacional (Lei 12.734/2012). O impasse sobre a redivisão ainda não foi decidido pelo STF, mas não há qualquer garantia a respeito de que os municípios produtores sairão vencedores dessa disputa:

[...] assumir uma nova dívida sem que a sociedade tenha conhecimento das condições, principalmente em um contexto de alta probabilidade de frustração das possíveis receitas futuras utilizadas como lastro da operação de crédito não parece razoável sob o ponto de vista da transparência (SMIDERLE; GANTOS, 2015, p. 82)

No período selecionado pelos autores, ou seja, dezembro de 2015, foram encontrados 12 registros sobre o assunto no *site* do jornal Folha da Manhã, além de três registros no *site* do jornal O Diário. Os autores identificaram que, enquanto na Folha da Manhã *on-line*, 11 dos 12 registros encontrados trataram o tema em tom explicitamente contrário, usando a expressão “venda do futuro”, no *site* do jornal O Diário, o assunto é mostrado de forma positiva, apontando a antecipação dos *royalties* como a saída para a crise financeira vivida pelo município:

Para quem conhece o cenário político de Campos, as posturas opostas dos dois principais jornais não surpreendem. O jornal O Diário é percebido desde sua fundação, em 08/03/01, como veículo de apoio ao grupo político de Anthony Garotinho, ao passo que a Folha da Manhã, fundada em 08/01/78, pode ser considerada uma espécie de adversária histórica da mesma liderança política. O que causa estranheza é que em uma luta tão intensa pela simpatia da opinião pública local nenhum dos dois lados tenha recorrido ao instrumento estratégico da informação para fortalecer sua posição, preferindo apostar muito mais na retórica. Enquanto a Folha da Manhã trabalha na fixação de um slogan contrário à proposta (“venda do futuro”), O Diário mobiliza o imaginário de alívio (“voltar a respirar”, “dinheiro liberado”) (SMIDERLE; GANTOS, 2015, p. 84).

Em decorrência dos resultados de sua análise, Smiderle e Gantos (2015) lamentam a constatação da falta de reflexão dos veículos fundamentada em informações concretas como a possibilidade real de mudança da divisão dos recursos e a dependência de um recurso finito.

## Informação pela mídia: a reprodução do debate sobre o novo sistema de partilha dos *royalties*

Terra, Maia e Matta (2015) discutem o contexto histórico, as regras de rateio dos *royalties* (Nova Lei dos *Royalties*), a aplicação dos recursos, a construção da agenda midiática e a influência na formação da opinião pública. O discurso político praticado pelos jornais locais e regionais analisados, segundo as autoras, focou na perda de receitas e ameaças de demissão de terceirizados, paralisação nas obras dos bairros e redução no atendimento do setor de saúde, por exemplo.

No que diz respeito à compreensão dos processos midiáticos, as autoras criticam a atuação da imprensa na abordagem da repercussão: “Pouco se discutiu sobre a eficiência da utilização desses recursos, ao contrário, os discursos foram concentrados em quem tem direito e quanto é esse direito” (TERRA; MAIA; MATTA, 2015, p. 13). Assim, o debate de consideráveis proporções se resumiu a uma guerra entre os produtores e não produtores. Duas manchetes dos jornais de Campos dos Goytacazes apontam uma cobertura parcial: “Golpe dos royalties”; “Massacre ao ES e RJ” (O Diário, mar. 2013); “Garfada nos royalties”; “sem royalties, governo diz que é Campos sem tudo” (Folha da Manhã, mar. 2013).

Para Terra, Maia e Matta (2015, p. 13), “[...] a atuação bairrista dos veículos de comunicação faz com que o debate fique comprometido porque a mídia exerce uma centralidade na vida em sociedade, contribui para a formação de opiniões e influencia sobre como agir e pensar”. A estratégia adotada pela imprensa não atende com representatividade as necessidades do leitor que precisa entender como a lei de distribuição dos *royalties* seria aplicada (ou aplicada a partir dali), pois contratos estavam em vigência:

[...] (a mídia), ao assumir uma posição unilateral, deixa de oferecer a população opiniões equilibradas e diferentes sobre o mesmo fato, quando deveria assumir, de acordo com diversos pesquisadores da área, um papel mais analítico e investigador, principalmente, frente às mudanças trazidas pelas novas tecnologias de comunicação (TERRA; MAIA; MATTA, 2015, p. 13).

O artigo *A Guerra dos royalties*, do jornalista Luciano Costa (2013), publicado no site do Observatório da Imprensa, é um trabalho de referência para Terra, Maia e Matta (2015). O estudo ressalta como os jornais dos estados afetados expõem o que a queda na arrecadação orçamentária representa para Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Só no território fluminense, segundo Costa (2013), seriam menos 3,1 bilhões de reais, de acordo com a produção de 2012:

A análise do noticiário produzido pelos jornais nos dois últimos anos mostra que a imprensa atuou de maneira desigual na cobertura dessa disputa. O *Globo* foi o jornal que dedicou mais espaço e deu mais destaque à questão, apontando desde o início o risco da perda de receita com a eventual mudança nas regras. A *Folha de S.Paulo* acompanhou as idas e vindas do projeto, sem grande destaque, e o *Estado de S.Paulo* fez uma cobertura ainda mais irregular.

As três manchetes a seguir apresentam como a abordagem foi direta e fragmentada: “Perda de royalties pelo Rio terá impacto negativo em Jogos” (Globo.com, 2010); “Perda de royalties pelo Rio terá impacto negativo em Jogos - COB (Terra.com.br, 2010); “Royalties provocaram mudanças significativas no interior do Rio (g1.globo.com/, 2012).

As autoras encerram argumentando sua preocupação em compreendermos o tipo de mensagem enviada para o público, pelos veículos de comunicação, acerca do debate sobre a possível mudança no sistema de partilha dos royalties e participações especiais do petróleo.

Como veículo de informação, cabe à mídia contribuir com esse debate de forma ampla e rica em reflexões e análises, que não reforcem apenas uma divisão entre estados produtores e não-produtores. Pois, conforme apresenta Gregolin (2007), todos os dias nas páginas dos jornais a mídia constrói os acontecimentos que no futuro serão um elo entre o passado e o presente, em uma representação da história da sociedade (TERRA; MAIA; MATTA, 2015, p. 14).

Como os principais veículos de comunicação estão nos grandes centros (sul e sudeste do país) e o Pré-sal se encontra nessas regiões, as pressões política, econômica e midiática são maiores. Assim, Costa (2013) aponta para a pressão feita pelos governadores dos três estados frente as suas respectivas bancadas de deputados para obstruir a pauta e ganhar tempo para negociar, porém esses governadores já tinham anunciado que acionariam o STF. Nessa perspectiva, há o receio da baixa na arrecadação dos estados e da saída de empresas que atuam no setor (que pagam impostos e geram empregos); os veículos de imprensa não querem perder potencial de investimento publicitário.

## Conclusão

Os meios de comunicação, em sua grande parte, preferem se aliar ao avanço ilegítimo da economia e a políticos influenciadores. Podem até crer que essa abordagem por parte dos jornais é para não apavorar a população, mas é uma forma de exercer a alienação social acerca de uma informação que deve lhe ser dada por direito.

Os cientistas consultados durante a montagem de discurso dos jornais pontuaram críticas ao Governo Federal tanto na forma de conduzir as descobertas do Pré-sal quanto na forma de exploração dessa riqueza. A opinião desses especialistas criticava equívocos do estado na falta de investimento em pesquisas para reduzir os riscos de acidentes na extração do petróleo e gás natural na Bacia de Santos, em São Paulo. A opinião desses pesquisadores, posicionada estrategicamente, servia como um movimento de insatisfação refletida com a ausência do Governo Federal nas tomadas de decisão para o futuro do país.

Na nova lei, produtores e não produtores entrariam no repasse e, assim, o discurso praticado pela imprensa (Meio Norte) nos estados não produtores, como o Piauí, preocupava-se com a chegada do dinheiro. Dessa forma, o senador citado já atuava com mecanismos para garantir esse recurso. Do lado do estado produtor, o desespero para não perder os recursos se mostravam em O Globo. As abordagens superficiais em março, mês anterior à votação no Congresso, agendavam a discussão, que se arrastaria até abril de 2012.

Na sequência deste estudo, apresentamos como a imprensa (nos sites da Folha da Manhã e O Diário) atuaram de forma contrária no enquadramento da notícia. Com a baixa arrecadação, uma operação de crédito era articulada politicamente, mas os veículos tinham opiniões contrárias. A Folha, de oposição ao governo, criticava o empréstimo e O Diário defendia o crédito para manter os serviços e projetos da cidade. Os dois só reforçavam, de forma local, a polarização de opiniões dos cidadãos sobre o futuro de Campos dos Goytacazes-RJ sem orientar sobre as condições da prefeitura.

Na última parte, retomamos as abordagens locais e nacionais sobre como a redução na arrecadação poderia prejudicar os estados, mas a falta de reflexão e conscientização sobre realidade, perspectivas e saídas para a situação eram frustrantes. As manchetes eram repercutidas, e não efetivas e íntegras nos âmbitos econômico, político, e social porque não incluem o cidadão nas decisões. Apenas fomentaram o posicionamento frágil de quem perde e quem ganha, porém, sem saber os porquês.

A imprensa foi utilizada para fundamentar este artigo, pois fomenta as discussões na sociedade, e reúne interlocutores que analisam de diferentes espectros o assunto e seus contextos. Por outro lado, também percebemos, com a leitura de autores (TERRA; MAIA; MATTA, 2015) e (SMIDERLE; GANTOS, 2015), que os aspectos pontuados pela imprensa são expostos de forma parcial, já que não se posiciona de forma mais contundente para esclarecer os impactos da Lei dos *Royalties*. Assim, sem a percepção realista e reflexiva dos veículos nas exposições, dificulta a compreensão dos fatos, desdobramentos e tendências.

## ABSTRACT

*This article aims to conduct a literature review on how digital e printed journalistic production were used in scientific articles on the topic of oil royalties, in the period 2014 and 2018. The chosen path was to identify the approach used by the media from the discovery the pre-salt and the new royalty law in articles published in journals and scientific events. Te debates, disputes between the states, the awareness made by the media about the populations measure and how scientists by the transfer reduction measure and how scientists use these reports to support ther respctive researches were analyzed.*

**Keywords:** Oil in the Media. Social Impact. Royalties Law. Partial Journalism. Environmental Preservation.

## Referências

- CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública:** como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- COSTA, L. M. A guerra dos royalties. **Observatório da Imprensa**, 5 mar. 2013. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a\\_guerra\\_dos\\_royalties/](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a_guerra_dos_royalties/). Acesso em: 20 maio 2021.
- DEARING, J. W.; ROGERS, E. M. **Communications Concepts 6:** Agenda-Setting. Tousand-Oaks-CA: Sage Publication, 1996.
- MIRANDA, M. D. A. "A pauta jornalística se adapta aos novos tempos da televisão brasileira." In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2016.

NADER, Helena Bonciani. O discurso sobre o uso dos Royalties. **Folha de S. Paulo**, 02 set. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19240&keyword=Domingo&anchor=5806404&origem=busca&originURL=&pd=ff2cc608ead88f8555e373613aa2dbb6>. Acesso em: 19 maio 2021.

NETO, J. E. da C. **Reportagem de Televisão: como produzir, executar e editar**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso** – Introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker, 1999.

SEGURANÇA no Pré-sal. **Folha de S. Paulo**, 18 jul. 2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18332&keyword=editorial&anchor=5544511&origem=busca&originURL=&pd=f2347d7b787025729abab-1ca344254e8>. Acesso em: 19 maio 2021.

SILVA, N. D. da *et al.* O Global, O Nacional, O Local e Suas Tensões: Os discursos sobre os Royalties nas capas dos jornais Meio Norte e O Globo. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL*, 14., Cruz do Sul, 2013. **Anais [...]** Cruz do Sul: Intercom, 2013. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-1116-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

SMIDERLE, C. G. S. M.; GANTOS, M. C. Deficiências no debate sobre antecipação de royalties em Campos dos Goytacazes. *In: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 73-86, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/26558/19620>. Acesso em: 21 maio 2021.

TERRA, D. C. T.; MAIA, F. F.; MATTA, L. G. Informação pela mídia: a reprodução do debate sobre o novo sistema de partilha dos royalties. *In: Perspectivas On Line: Humanas & Sociais Aplicadas*, Campos dos Goytacazes, v. 12, n. 5, p. 1-16, 2015. Disponível em: [https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas\\_sociais\\_e\\_aplicadas/article/view/12/508](https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/12/508). Acesso em: 20 maio 2021.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. v. 2. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2018.

VAZAMENTO requer investigação séria. **O Globo**, 22 nov. 2011. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020111122>. Acesso em: 19 maio 2021.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

VIGLIO, José Eduardo *et al.* O enquadramento do pré-sal brasileiro enquanto riscos e incertezas: uma análise da expertise científica na mídia impressa. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA*, 1., 2015, Lisboa. **Anais [...]** Lisboa, 2015. p. 1-18. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Jose-Viglio/publication/321244980\\_O\\_enquadramento\\_do\\_pre-sal\\_brasileiro\\_enquanto\\_riscos\\_e\\_incertezas\\_uma\\_analise\\_da\\_expertise\\_cientifica\\_na\\_midia\\_impressa/links/5a16bff8aca272df08074605/O-enquadramento-do-pre-sal-brasileiro-enquanto-riscos-e-incertezas-uma-analise-da-expertise-cientifica-na-midia-impressa.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jose-Viglio/publication/321244980_O_enquadramento_do_pre-sal_brasileiro_enquanto_riscos_e_incertezas_uma_analise_da_expertise_cientifica_na_midia_impressa/links/5a16bff8aca272df08074605/O-enquadramento-do-pre-sal-brasileiro-enquanto-riscos-e-incertezas-uma-analise-da-expertise-cientifica-na-midia-impressa.pdf). Acesso em: 21 maio 2021.

Submissão: 15/11/2022

Aceite: 23/11/2022